

Diário da Assembléia

Nº 3.019

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinatô (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.) — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.) — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.) — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aginaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aginaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 42.ª Sessão Ordinária
Realizada em 19 de Abril de 1974 (Sexta-Feira)

Presidência do sr. Deputado João Mansur, Secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni e Quielse Crisóstomo. (28) — Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Antonio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Haroldo Bianchi — Igo Losso — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva. (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Helena Siminhuk, esposa de Vitorio Siminhuk, conceituado agricultor do Município de Santa Isabel D' Oeste.

Requer outrossim, que da deliberação desta Casa seja dada ciência à família da extinta, à rua Acácia, n.º 1.042, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1974.

(a) — Ivo Thomazoni.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação, Ney Braga, apelo no sentido de se federalizar as Universidades de Ponta Grossa, Londrina e Maringá e a criação de uma Universidade em Jacarezinho, considerando-se o valor e a tradição no que se refere à instrução e à educação, daquela importante cidade do Norte Pioneiro.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1974.

(a) — Antonio Lopes Júnior

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a Tribuna para apresentar um Requerimento, com o seguinte teor: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo respeito pelo 91.º aniversário de nascimento do grande estadista brasileiro Getúlio Dorneles Vargas.

Nascido em São Borja, no RGS, no dia 19 de abril de 1883, Getúlio Vargas foi um marco na vida político administrativa brasileira.

Legislação Trabalhista, Volta Redonda, Petrobrás, Fábrica Nacional de Motores, Eletrobrás, são fatos inconteste da obra deixada por este homem público que, após vinte anos de sua morte, continua venerado por toda a população brasileira.

Que neste 91.º aniversário de Getúlio Vargas, através deste Requerimento, possa nosso Legislativo homenagear um homem público que muito deu de si à Nação brasileira e quase nada recebeu em troca.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1974.

(a) — Domício Scaramella".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Antes de mais nada, e com a brevidade que permite o Pequeno Expediente, desejamos nos associar às palavras aqui proferidas pelo orador que nos antecedeu nesta Tribuna, Deputado Domício Scaramella, com referência às suas alusões à figura do grande brasileiro Getúlio Vargas.

Mas, Sr. Presidente, o assunto que me traz à Tribuna diz respeito ao Município de Sabáudia.

Em Sabáudia, no tempo do Governo Leon Peres, uma diretora do ginásio perdeu seu cargo, o cargo para o qual fora indicada por uma lista triplíce, por manter em seu estabelecimento um quadro contendo o retrato do ex-governador Paulo Pimentel.

Foi um triste exemplo a mais em favor da politicalha que sempre enxovalha a política brasileira.

Recentemente, um novo episódio da mesma tipicidade ocorreu naquele Município. Para que a Casa tome conhecimento do assunto sobre o qual, oportunamente, pretendemos voltar a esta Tribuna, servindo-me do Pequeno Expediente, desejo, apenas ler a correspondência que recebi daquele Município, um ofício do Prefeito, acompanhado de um Requerimento aprovado pela Câmara Municipal, por unanimidade.

O ofício é o seguinte:

"Sr. Deputado.

Com os respeitosos cumprimentos deste Executivo Municipal tenho a subida honra de encaminhar em apenso, a V. Exa. o expediente da Colenda Câmara Municipal de Sabáudia, a qual solicita deste Executivo Municipal a Suspensão automática do convênio firmado por este Executivo Municipal junto à Secretaria da Segurança Pública deste Estado, no que tange a manutenção da viatura que se encontra prestando serviços junto à Delegacia de Polícia desta cidade.

Outrossim, comunico a V. Exa. que este Executivo Municipal, atendeu a solicitação da Egrégia Casa de Leis, suspendendo portanto, tal convênio até ulterior deliberação.

Ciente da atenção de V. Exa. ao exposto citado, servi-me do ensejo para apresentar os renovados protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

a) Jácomo Masqueti — Prefeito Municipal"

O Requerimento que acompanha o ofício diz o seguinte:

"Em data de 08 de maio de 1973, devidamente autorizado por esta Casa, o Senhor Prefeito Municipal de Sabáudia, Sr. Jácomo Masqueti, celebrou Convênio com a Polícia Civil do Estado do Paraná, cujo objetivo constante do referido instrumento é o seguinte: "Fixar Recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à delegacia de polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos. Estabelecer normas de mútua cooperação que visem harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com util aproveitamento de dotações do Funrespol e verbas de custeio do orçamento municipal".

Celebrado o Convênio, recebeu a Delegacia de Polícia local uma viatura, da qual se servia o Delegado de Polícia, Sr. Osvaldo Garbin, para a execução de sua tarefa. Cumpre-nos assinalar que, embora pertencente aos quadros da Aliança Renovadora Nacional — ARENA — o Senhor Osvaldo Garbin, sempre teve um comportamento respeitável à frente daquela Delegacia, mantendo-se equidistante da política Eleitoral e do Facciosismo partidário, para se dedicar inteiramente ao atendimento da ordem dentro da Comunidade, o que vinha fazendo há mais de cinco anos.

Causou estranheza, portanto, a inesperada substituição do mencionado veículo juntamente com a exoneração do Senhor Delegado de Polícia Osvaldo Garbin, principalmente porque para seu lugar, vem de ser indicado um ex-candidato a Prefeito Municipal, que concorreu no último pleito realizado neste Município pela Sub-Legenda — ARENA, — Senhor Aparecido Bana. Conclui-se facilmente, que a facção política que assim agiu, não visando outra coisa que não seja manter um Delegado que sirva aos seus objetivos eleitorais, pois nos encontramos no ano em que se realizarão as eleições Legislativas. Sabendo-se de tais objetivos, é fácil concluir-se que o novo Delegado de Polícia irá praticar ostensivamente, dentro da Delegacia, facciosamente, a política eleitoral.

(Lendo): "Ora, sendo bem outros os objetivos do Convênio e não podendo o Município destinar verbas para o favorecimento de facções políticas eleitorais, os Vereadores que subscrevem o presente requerem que, com aprovação da Casa, seja Oficiado ao Senhor Prefeito Municipal de Sabáudia, no sentido de suspender por parte desta Prefeitura, o cumprimento de Convênio que não só se tornou denunciável, como também rescindível por flagrante infração contratual, até que seja ouvido e se dê pleno conhecimento deste ao Senhor General Mário Portes, M. D. Secretário de Segurança Pública, solicitando do mesmo o reexame de tais atos.

Pede-se que do presente, uma vez aprovada, se remeta uma cópia ao representante do Município na Assembleia Legislativa Estadual, Deputado Muggiati Filho, para os fins devidos.

Sabáudia, 09 de abril de 1974.

a) Alécio Garbin — ARENA

a) Orlando Melinari — ARENA

a) José Olívio Lourencetti — ARENA

a) Antônio Coltro — MDB

a) Ives Furlan — MDB

a) Fernando Bin — MDB

a) José Conrado — MDB".

Desnecessário, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tecer qualquer comentário, principalmente porque o nosso tempo se acha esgotado, em torno de matéria tão relevante para os destinos da Administração do Estado, na manutenção da ordem.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria que o nobre Deputado que me antecedeu houvesse deixado a matéria para o Grande Expediente, mas já que fez no Pequeno Expediente e para que os pensamentos e as idéias não esfriem, nós vamos fazer uso da palavra, também no Pequeno Expediente.

O nobre Deputado que nos antecedeu, Deputado Muggiati Filho, referiu-se a um assunto já bolorado, de substituição de Diretora de Ginásio no tempo do Governador Haroldo Leon Peres. É evidente que, conforme palavras do orador, este é um cargo de confiança do Governador, no caso uma Diretora de Ginásio é, que se negava a colocar a fotografia do Governador de então, no local devido a esta fotografia; evidentemente, não estava colaborando com a administração daquele Governo, motivo pelo qual Sua Excelência achou por bem substituir aquela Diretoria — qualquer um de nós, no caso, faria o mesmo.

Mas, o pronunciamento em pauta, da substituição do Delegado, é matéria interessante, que, dentro de um raciocínio administrativo é até mesmo contribuição para nós outros que enfrentamos todos os dias problemas parecidos. O Prefeito de Sabáudia que é do MDB tenha denunciado convênio com o Estado com relação à manutenção de uma viatura tão somente porque foi substituído o Delegado, não é matéria de alçada de S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal — Substituição ou não do Delegado, quem substitui Delegado é o Secretário de Segurança; e mais ainda, o Delegado anterior — segundo o próprio orador — era membro da ARENA, no Município de Sabáudia. Não vejo razão porque Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal tenha ferido sensibilidades, isto eu admito, suas razões de preferências pessoais pelo Delegado anterior venha Sua Excelência denunciar o convênio com o Estado para obtenção da vitura. E mais ainda, como diria o nobre orador Deputado Muggiati Filho, se fosse por razões políticas, não haveria de substituir-se o Delegado de Sabáudia, se era membro do Diretório da Arena, que me parece ter sido eleito da Arena nas últimas eleições; haveríamos de substituir o primeiro suplente de delegado, que é genro do Sr. Prefeito, este do MDB.

Para demonstrar a V. Exa. e a esta Casa que a Arena de Sabáudia é independente de compromissos políticos e esta substituição foi por razões administrativas, passo a expor o seguinte.

O substituído Delegado de Sabáudia, veio a Curitiba, a fim de levar a viatura que era um TL zero quilômetro. Mas, para que fosse levado por ele e o Prefeito e não para a comunidade, levou um Volkswagen que estava no pátio; e agora foi o TL. O Delegado e o Prefeito não gostaram que a viatura mandada pela Polícia Civil fosse melhor do que a viatura levada pelo Prefeito anteriormente. Motivo pelo qual, não é mais simpático o convênio. E foi substituído o Delegado, não por razões políticas, repito. Porque se fosse, haveria esse Deputado, ou o próprio Secretário, ou alguém de interesse, ser substituído não o Delegado e sim o suplente que continua como primeiro suplente da delegacia de Sabáudia; o genro do Prefeito que é do MDB.

Eram estas as palavras que, com pesar, tenho que dizer no Pequeno Expediente, como foi feito pelo nobre orador que me antecedeu.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente. Passamos a Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Exmos. srs. Deputados.

Esta Casa examinará à partir da próxima semana, o Estatuto da Polícia Civil, agora em merecidas reivindicações daqueles que são os responsáveis para zelar pela ordem e pela segurança do Estado do Paraná. Porém, infelizmente, novamente S. Exa. o Sr. Governador do Estado, da mesma forma e com os mesmos problemas surgidos por ocasião da Mensagem que tramita por esta Assembleia, propondo reajuste ao Funcionalismo público, onde uma série de injustiças estão ali configuradas; injustiças essas exaustivamente abordadas, analisadas, todas elas sem contestação. Já em duas oportunidades desta mesma Tribuna.

Mas, como dizia, infelizmente, a Mensagem propondo o Estatuto da Polícia Civil também traz uma série de conflitos. O maior deles talvez, de certa forma, se relacione até com o pronunciamento de poucos instantes do eminente Deputado Muggiati Filho, quando refere-se à uma substituição de Delegado no Município do interior do Estado do Paraná.

Na verdade, eminentes Deputados, a Constituição do Estado do Paraná, no capítulo destinado ao Ministério Público, seção V do artigo 58, assegura a seus integrantes "estabilidade, não podendo os membros do Ministério Público, após dois anos de exercício serem demitidos, senão por sentença judiciária ou em virtude de processo administrativo em que se lhes facultem ampla defesa.

VI — Inamovibilidade, salvo representação do Procurador Geral da Justiça, com fundamento em conveniência do serviço.

No capítulo V — Seção I, disciplinando as disposições preliminares do Poder Judiciário, determina a Constituição Estadual:

Art. 88 ...

I — Vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judiciária;

II — Inamovibilidade, exceto por motivo e interesse público na forma da lei;

III — Irredutibilidade de vencimento, sujeitos, entretanto, aos impostos gerais, inclusive de rendas, etc".

Por que razões, eminentes Deputados, se asseguram aos Promotores Públicos e Juizes de Direito estas prerrogativas? Inamovibilidade, estabilidade, vitaliciedade, irredutibilidade?

Se são asseguradas aos Promotores Públicos e Juizes de Direito estas condições e prerrogativas justamente para afastá-los totalmente de qualquer injunção, seja ela injunção politiqueria, seja ela injunção econômica ou por outros interesses, se são asseguradas aos Juizes e aos Promotores que são os responsáveis pelo exercício da lei, pela solução dos problemas de ordem jurídica, por muito mais razões deveriam ser estendidas estas mesmas condições e estas mesmas prerrogativas àqueles que são os responsáveis pela execução das determinações legais, notadamente na área criminal.

Por pressões de ordem econômica, por pressões politiquerias, o executor da lei pode muito mais facilmente ser pressionado.

Inúmeros casos chegaram ao nosso conhecimento e, temos certeza, também dos demais Deputados. As vezes, delegados honestos e probos, são substituídos única e exclusivamente por não atenderem as determinações politiquerias, no maior número de vezes daqueles que detêm os injustificáveis comandos políticos.

"Se para o Poder Judiciário e Ministério Público se adotaram uma série de precauções para a preservação da autoridade, mais razões existirá na extensão destas garantias aos integrantes da polícia civil.

As funções da política civil devem ser exercidas de forma objetiva. Não poderá haver ingerência alguma. Suas garantias, por muito mais razões, são indispensáveis.

O que seria da autoridade de um juiz de direito se no momento de sua decisão, de sua sentença, ao julgar um cidadão importante, cuja culpa estivesse caracterizada, fosse obrigado a se dobrar a fatos externos aos autos que ameaçassem sua estabilidade, sua irredutibilidade ou sua vitaliciedade? Fatos que pudessem transformar sua vida particular? Fatos que pudessem prejudicar sua família?"

O mesmo, tranquilamente, se aplica aos executores da lei.

Como pode um delegado de polícia executar sua missão em detrimento do chefe político sem correr o risco de perder o seu cargo?

Como pode o delegado executar sua missão seguindo sua apaixonada cartilha de alguns pseudos inspetores de quartelão indicados por suas posições de bons cabos eleitorais?

Não se pode mais aceitar este estado de coisas.

Esperava-se agora uma solução.

Isso infelizmente não ocorreu.

O poder se esvasia pela incompreensão.

O poder se esvasia pela covardia.

O poder se esvasia pela parcialidade.

O poder se esvasia pela injustiça.

Para se valorizar um poder é preciso compreensão, coragem, imparcialidade e justiça. Para que, realmente, seja configurada uma reforma na polícia civil é preciso a instituição, em seu estatuto com medidas básicas, visando não problemas, secundários, relacionados com as eventuais faltas secundárias, mas, isto sim, garantindo a seus integrantes plenos direitos e disciplinados deveres, em todos os escalões".

Preterindo, quando da votação dessa Mensagem analisar problemas constitucionais, porque determinadas atitudes da Polícia Civil nos fazem lem-

brar, de certa forma, um passado não muito distante, em que se aplicava sanções à pessoas sem lhes oferecer quaisquer garantias de defesa. Infelizmente, isso acontece também com o Estatuto da Polícia Civil. Mas, esse é um outro problema que nos manifestaremos quando da votação da Mensagem.

Agora, acho que se deve garantir, aos executores da lei, àqueles que são responsáveis pela manutenção da ordem pública do Estado do Paraná, independência, para que possam bem desempenhar suas missões, tanto no Interior como na Capital do Estado.

Ontem, S. Exa. o Sr. Deputado Ivo Thomazoni afirmou a esta Casa que as notas taquigráficas são enviadas ao Sr. Governador para que S. Exa. tome conhecimento detalhado do que aqui ocorre. Por essa razão, dirijo-me a V. Exa. Deputado Ivo Thomazoni, leve V. Exa. estas notas ao Sr. Governador para ver se quem sabe, sejam alterados esses dispositivos do Estatuto da Polícia Civil.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estava com o firme propósito de não apartear V. Exa. Mas, perdoe-me V. Exa. acho que essa proposta é até risível...

O SR. MAURICIO FRUET — V. Exa. acha risível o Estatuto da Polícia Civil de São Paulo?

Porque, determinados Delegados são apenas cabos eleitorais.

O Sr. Ivo Thomazoni — Devo dizer a V. Exa. que a Mensagem do Estatuto da Polícia Civil foi elaborada na própria Polícia Civil e encaminhada ao Sr. Governador do Estado que não alterou nenhum tópico que pudesse ser importante para o aprimoramento daquela instituição. Então a iniciativa é da corporação, aceita pelo Sr. Governador do Estado no firme propósito de bem atender aquela instituição.

Não vejo como, se estender aos Vice-Delegados de carreira, as prerrogativas jurídicas da Magistratura e dos membros do Ministério Público, seria até temerário sentir-se como válida a designação de determinar, para uma Delegacia, um determinado Delegado de carreira e a ele dar-se perpetuidade no cargo. V. Exa. sabe mais do que eu, como homem político que é afeito ao trato da coisa policial, também V. Exa. tem um passado, um trabalho elogiável à frente de órgãos vinculados à polícia, porém V. Exa. me faz duvidar da seriedade de V. Exa. neste pronunciamento, porque imagine V. Exa. que um dos casos principais da corporação em determinados organismos policiais, é a permanência demorada de determinado homem à frente do organismo, é o compadresco, são as amizades, as vinculações com determinados grupos. Aí há necessidade e eu até defendo a substituição do chefe de organismos policiais, a fim de que se evite os compadrescos, as amizades, as vinculações com determinados grupos. Não vejo também, onde se possa combater a substituição de um Delegado de Polícia. Isto sempre é feito pelos responsáveis, pelos órgãos responsáveis como medida acauteladora no interesse de uma coletividade, nunca a substituição é feita para que se massacre a coletividade porque este não é, nunca foi e nunca será objetivo de qualquer Governo ou de qualquer governante, por pior que ele seja.

Era o aparte que cabia dar a V. Exa., e V. Exa. me perdoe até a petulância do aparte nos termos em que o fiz.

O SR. MAURICIO FRUET — V. Exa. no seu aparte fez uma série de equívocos, V. Exa. entendeu outra coisa, V. Exa. confundiu, nobre Deputado, caça ao tatu, com serenata; nós não pedimos aos Delegados estabilidade, vitaliciedade, inalienabilidade, irredutibilidade de vencimentos, nós solicitamos que se assegure aos membros do Ministério Público, que se assegure aos membros da Magistratura, estas prerrogativas, e dissemos especialmente que seria preciso. Não enumerei quais as prerrogativas, está escrito, prerrogativas que, me parecem muito necessárias àqueles que são responsáveis pela execução da Lei. Nós entendemos, eminente Deputado, que se deva dar ao Delegado de Polícia, oferecer àqueles que são responsáveis pelo zelo da ordem e da segurança das comunidades, algumas garantias mínimas, porque se não, um Delegado de Polícia por exemplo, no momento em que por uma razão qualquer tome uma atitude disciplinar contra um cidadão ligado, por exemplo, a uma facção política dominante num município, este Delegado corre o risco, por esta razão, de ser removido. Infelizmente, fatos como este já aconteceram em nosso Estado. Agora há pouco o Deputado Muggiati Filho fez uma denuncia nesse sentido, mas outras denúncias já foram formuladas nesta Casa, por outros eminentes Deputados. Por isto é que achamos necessário, achamos justo um oferecimento àqueles que são responsáveis pela execução da Lei, de algumas garantias e estas garantias, nos parece, deveriam ser incluídas no Estatuto da Polícia Civil. Não há aqui o sentido de permanência, como focalizou Sua Excelência o Líder do Governo em seu aparte, é missão desta Assembleia aprimorar Mensagem que aqui vem desde que existam pontos conflitantes, desde que estes aprimoramentos em torno de Emenda tragam efeito produtivo na execução dessas Leis.

Eu gostaria, antes de conceder aparte ao nobre Deputado Erondy Silvério, de lembrar rapidamente um fato: a Assembleia Legislativa aprovou o Estatuto da Polícia Militar do Estado do Paraná, sem Emenda. Sem Emenda e eu tenho a impressão de que quase todos os srs. Deputados foram procurados por elementos ligados à Corporação da Polícia Militar, solicitando que a Mensagem, que o Estatuto fosse aprovado sem emendas, porque já havia sido analisado profundamente porque tudo que deveria ser aprimorado já estava. E, no entanto, os Srs. Deputados da Arena, principalmente, devem estar sentindo problemas do interior porque delegados de Polícia, pertencentes à corporação da Polícia Militar do Estado no Paraná, no exercício de suas funções, como delegado, estavam perdendo financeiramente para este desempenho. E inúmeros delegados pertencentes à Polícia Militar do Estado, honrados, brilhantes, dedicados ao serviço, estavam sacrificando suas famílias, para o exercício desse cargo. Por que? O Estatuto foi aprovado sem que houvesse uma observação para sanar este problema.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a V. Exa. e lamento interromper seu brilhante raciocínio.

É verdade que estes estatutos que institucionalizam a vida da corporação, apresentam, na maioria das vezes, falhas, e observam-se principalmente quando a lei é colocada em execução. V. Exa. tem razão em muitos aspectos, embora eu não queira fazer a defesa do Governo, se bem que seja elemento da Arena mas me situo numa área independente, que aprovo quando ele está certo e critico quando o Governo comete falhas.

Mas, V. Exa. se tem razão no que diz respeito ao Estatuto da Polícia Militar do Estado, não tem razão quanto ao Estatuto da Polícia Civil. Fui o relator da matéria, pela designação honrosa do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, na Comissão de Justiça e recebi um memorial da entidade que congrega os delegados de polícia. E este memorial continha algumas reivindicações que não foram atendidas pelo Governo na remessa da Mensagem, embora eles confessassem que ela foi totalmente elaborada pela Associação dos Delegados do Estado. Houve alguns retoques do Governo em matéria eviden-

temente do interesse do Poder Executivo. Se é ele quem manda a Mensagem, é justo que haja um burilamento, quando ele recebe da corporação. Então, não cabe culpa ao Governador Emílio Gomes, se alguns aspectos da Mensagem não agradam determinados delegados de carreira; porque ela foi elaborada no próprio órgão. O Governo apenas burilou, apenas ele deu algum retoque para enviar a esta Casa, a Mensagem.

Mas naquelas reivindicações que eles achavam justas para que a Mensagem saísse daqui ao inteiro gosto ao inteiro agrado de toda a Corporação Policial do Estado, o Governo não aceitou apenas duas emendas que eram propostas pela Associação dos Delegados.

A primeira é que o Diretor da Polícia Civil, fosse escolhido sempre em lista tripartite, mas dentro dos Delegados de Carreira. Eu achei injustíssima a reivindicação. O Governo não aceitou porque o cargo, além de ser um cargo que diz respeito à Segurança Pública, vamos usar de toda a franqueza, tem conotação política e o Governo necessita de um Diretor da Polícia Civil que não seja do quadro de Delegados. Pode ser do Ministério Público. Então é justo que o Governo não tenha as mãos atadas por dispositivos legais, como vimos no Estatuto dos Professores, que redundou num fracasso o artigo 14. Acabou, por justiça, sendo revogado por esta Casa. O Governo não pode ficar de mãos atadas e o Governador Emílio Gomes não aceitou aquela emenda. Deu instruções a seu Líder para não permitir a aprovação da mesma na Comissão de Legislação. Não aceitou uma de ordem pecuniária que se constituía numa flagrante injustiça às demais carreiras da Polícia Civil. Dava-se muito ao Delegado e pouco aos Agentes, etc., mas as demais emendas que a Assembleia propôs o Sr. Governador aceitou. Mas o que V. Exa. pretende é uma faca de dois gumes, a garantir a permanência do Delegado de Polícia numa determinada Delegacia. Quanto ao aspecto de corrupção, não vou dizer que alguém seja. Mas se cometer um ato de violência contra um cidadão indefeso, não pode ser removido? É o caso das Diretoras de Grupos Escolares que, protegidas pelo famigerado artigo 14, exigiam que crianças fossem uniformizadas com uniformes que estavam muito aquém das posses de uma família pobre. Mas não podiam ser removidas; eram intocáveis. Não podemos transformar o Delegado em intocável. Sabe V. Exa. que em todas as profissões existem os maus elementos e assim os maus Delegados, truculentos, violentos, que não respeitam nem a integridade de um cidadão e muito menos a liberdade constitucional. Acho que um Delegado não pode ser irremovível. É a minha opinião. Desculpe discordar do raciocínio de V. Exa., mas acho que é uma faca de dois gumes, se incluída no Estatuto. Desculpe se o aparte foi um tanto longo, mas era necessário.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte e gostaria de dizer, Deputado Erondy Silvério, conforme já disse ao brilhante Líder do Governo nesta Casa, que não é nossa intenção pedir que se estendesse ao Delegado de Polícia as prerrogativas iguais às do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Magistratura. O que entendemos, e que julgamos imprescindível é que se ofereça ao executor da lei alguma garantia. Não vou tanto ao mar nem tanto ao céu. O próprio Promotor Público ou o Juiz de Direito no instante em que pratica uma violência à lei, a própria Constituição dá condições ao Judiciário de apresentar esta Lei e alterar...

O Sr. Erondy Silvério — O processo é outro. V. Exa. há de convir que se tratando do Poder Judiciário o processo é outro. Não interfere diretamente na vida do cidadão. Mas o Delegado de Polícia não vai deixar apurar nada contra ele porque quem quiser acusá-lo leva pau. O processo é diferente.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Não há dúvida. Não temos absolutamente a intenção de sermos donos da verdade. Fizemos esta observação com o sentido de crítica, mas não para simplesmente criticarmos o Governo. O que achávamos interessante era se assegurar alguma garantia ao Delegado de Polícia, é evidente que um Delegado que pratique violência não poderá, de forma alguma, permanecer no exercício de suas funções. O próprio Estatuto, na parte disciplinar prevê isso, não permitindo que aqueles que exercem suas funções para manter a ordem hajam de forma a violentar a Lei. Também o próprio Estatuto assegura, independente de uma sindicância, que o Delegado seja afastado imediatamente de seu cargo sempre que uma denúncia contra ele se evidenciar.

O que achava interessante é que constasse no Estatuto da Polícia Civil certas garantias àqueles que exercem suas atividades de Delegado.

O nobre Deputado Ivo Thomazoni pede um exemplo, eu diria que se estudasse a possibilidade de se permitir aos Delegados o início de carreira por concurso, da mesma forma que se procede com os Juizes, conforme a classificação, o Delegado iria servir em determinada entrância.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, percebi bem a intensão de V. Exa. Acho que V. Exa. está, pelo menos, procurando divulgar essa idéia de que o Delegado deve exercer suas funções com independência. Não poderia haver outro meio de exercer uma função senão desvinculado de quaisquer laços de política partidária. Se o Delegado fica sujeito a uma designação política, como ocorre sempre, ele se transformaria em verdadeiro cabo eleitoral da facção política majoritária, dominante. Ele não tem independência alguma. E, nesse caso, entendo também o seguinte: é muito mais perigoso o Delegado que é mantido nessas condições com independência quando violento, do que o Delegado que tenha todas as prerrogativas legais a seu favor. Mas, o que seria necessário é que todos se acostumassem com a idéia de que, acima de nossa vontade, deve estar a Lei. Assim, como no caso da lista tripartite das professoras que deveria ser mantido, porque, dessa forma, o ensino público não ficaria à mercê de se verem professoras afastadas da noite para o dia, quando elas poderiam não ficar subordinadas a um interesse menos político, contrariando, muitas e muitas vezes o interesse da comunidade. Esse o ponto que entendo que V. Exa. quer chegar e que se refere a irremovibilidade, porque mesmo em razão de suas funções, o Delegado não goza de irremovibilidade, e isso julgamos necessário. É o caso de um gerente de uma empresa que não pode permanecer muito tempo em determinado lugar. Tenho visto Delegados independentes que acabaram sendo ameaçados pelos donos do jogo do bicho, porque ele não queria permitir o jogo do bicho. Então, vê-se o absurdo, de um Delegado de Polícia ver-se ameaçado por aqueles que tinham interesse em estabelecer o jogo do bicho dentro do Município que ele havia proibido, e não permitiu. Então veja V. Exa., que seria muito mais fácil harmonizar-se essa situação dentro da sociedade dentro de prerrogativas legais. O Delegado de Polícia estaria sujeito à Lei, a Polícia Civil só estaria sujeita nas suas modificações àquilo que determinasse a Lei e, aquele Delegado que transgredisse a Lei seria o primeiro a sofrer as suas consequências.

Congratulo-me com V. Exa., pelo brilhantismo do pronunciamento de V. Exa.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço a V. Exa. pelo brilhante aparte, e, V. Exa. sintetizou o nosso pensamento. Não chegamos a afirmar que se estendesse às Delegacias as mesmas prerrogativas concedidas ao Ministério

Público e ao Poder Judiciário, nós gostaríamos, isto sim que se incluíssem algumas garantias àqueles que são responsáveis pela ordem.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Maurício Fruet, costuma-se nesta Casa acusar os Deputados usando-se até uma expressão pejorativa, quando estes, visando o bem da comunidade substituem um Delegado. Eu sou, talvez, um dos Deputados com assento nesta Casa, daqueles que menos substituí Delegados. Eu tive um Delegado em Pato Branco, o Major Dirceu, estava comigo há 5 anos dentro daquela Delegacia foi afastado de lá em função de uma sindicância num outro Município jurisdicionado àquela região; mais recentemente o Delegado de carreira, Bacharel em Direito estava já há 4 anos em Pato Branco, um dos melhores Delegados que já vi atuar no Interior, e, foi barbaramente assassinado na Capital do Estado, por elementos, quero crer, que sofreram da parte daquele Bacharel, daquele Delegado de Polícia, repressões nos desmandos que determinados grupos pretendem fazer naquela região. Então veja V. Exa., que eu estou preocupado absolutamente em ter a condição de substituir, a torto e a direito, Delegados de Polícia. Mas queria apenas adiantar a V. Exa., que a administração pública do Estado do Paraná já adotou medidas até acauteladoras no sentido de considerar algumas Delegacias Regionais de Polícia privativas de Bacharéis, Delegados de Polícia de carreira.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Medida esta que aplaudimos com satisfação.

O Sr. Ivo Thomazoni — Estamos hoje, e está o General Mário Portes, lutando para se implantar também uma norma, qual seja, a de considerar as Delegacias de Municípios, de sede de comarca também privativa de Delegados de carreira. Veja V. Exa. que temos duas categorias de Bacharéis, na Polícia: Delegado de Carreira, concursado, e Comissário de Polícia concursado. Hoje, nas sedes de comarca, nas Delegacias Regionais, por exemplo, o cargo de Delegado Adjunto é privativo do Comissário de Polícia, que também é Bacharel, ele só ocupa a Delegacia depois de se submeter a um concurso, ser aprovado para a carreira de Delegado. Então, algumas medidas que V. Exa. preconiza já estão sendo tomadas no Paraná, com sucesso. É verdade que nem todas as sedes de comarca se conscientizaram de que esta é uma medida salutar e necessária, já está havendo, por parte do Secretário de Segurança, este cuidado. Deus queira que ele consiga estender isto a todo o território do Estado que já está atendendo uma das sugestões que V. Exa. formulou nesta Tribuna.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa. e é efetivamente uma medida que merece todo nosso apoio. Gostaríamos apenas de dizer a V. Exa. que não usamos o termo "chefete político" com referência a qualquer Deputado ou sequer algum Deputado desta Casa. Não foi este o nosso objetivo, não foi essa a nossa intenção. Porque seria necessário e imprescindíveis estas medidas que V. Exa. destacou em seu aparte, constassem efetivamente do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná. Porque, como bem salientou V. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública ainda está encontrando a reação de determinadas lideranças que não aceitam esta orientação. É uma orientação salutar e meritória, por todos os aspectos. Seria necessário, eminente Deputado, que constasse esta determinação, na Lei. Porque se hoje algumas lideranças não aceitam a notificação, pode ser que no futuro, muitas lideranças não aceitem também esta mesma determinação. E com isto será prejudicada, indiscutivelmente, será não só a classe dos Delegados a classe dos responsáveis pela Segurança Pública do Estado mas principalmente será prejudicada a comunidade do Estado do Paraná.

Talvez a manifestação que fizemos nesta manhã, desta Tribuna, fosse mais objetiva através de um diálogo mais informal, onde se teria mais tempo para se discutir algumas das observações feitas desta Tribuna, e, muitas vezes, na procura de sintetização, dão margem a outra interpretação daquilo que pretendemos na exposição do assunto.

Por este motivo me proponho se assim V. Exa. aceitasse, dialogar com V. Exa., demoradamente a esse respeito e posteriormente tenho certeza, V. Exa. como tem feito até aqui irá encaminhar essas observações a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, porque como dissemos, é fator imprescindível, para a tão decantada moralização da polícia, decantada digito, por quase todos os Deputados desta Casa. É preciso se oferecer àqueles que militam na Polícia Civil do Estado do Paraná, determinadas garantias que lhes assegure o desempenho pleno e total de sua função sem correr o risco de pressões de espécie alguma.

Eras estas as observações e agradeço os apartes recebidos que muito me honraram. — (Sem revisão do orador).

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço verificação de "quorum" para prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere a questão de ordem e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 24 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão. Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Esta Presidência, em razão do Requerimento aprovado ontem, designa os Srs. Deputados Domício Scaramella, Sebastião Rodrigues Júnior e João Mansur, para representarem esta Casa na Exposição que se realizará em Guarapuava. Designa também os Srs. Deputados David Federmann e João Fadel para representarem esta Casa nas comemorações do Município de Pirai do Sul.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 36-70, que eleva para Cr\$ 161.646.988,00 (cento e sessenta e um milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e oito cruzeiros novos), o limite da garantia do Estado em contrato de financiamento celebrado pela ELETROCAP, de que tratam as leis que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 275-71, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio na sede do Distrito de Tupinambá, Município de Astorga, para funcionar no próximo ano letivo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 286-71, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Guapirama. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 19-72, que autoriza o Poder Executivo construir uma Unidade Escolar com 3 (três) salas de aulas, no Distrito de Malé, Município de Terra Boa. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 134-72, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio, no Município de Piraquara e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 173-72, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Ouro Fino e Frequezia, no Município de Almirante Tamandaré. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 179-72, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola na cidade de Cascavel e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 60-73, que autoriza o Poder Executivo construir estrada que dê acesso à sede do Município de Bituruna até a rodovia BR-153, que demanda de União da Vitória, neste Estado, até Erechim no Estado do Rio Grande do Sul. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 68-73, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada com pavimentação asfáltica, que dê acesso à sede do Município de União da Vitória pela BR-153, como especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 218-73, que autoriza o Poder Executivo elevar os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, Professor Primário da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 222-73, que solicita autorização para anuir a cessão de 38.460,02 m2 de área de terras que a União pretende fazer à Fundação Santo Antônio e Associação das Damas de Caridade do Município de Campo Largo, destinada a construção do "Lar dos Velhinhos Desamparados". — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 251-73, que declara de Utilidade Pública o "Centro Comunitário Bom Pastor", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 273-73, que declara de Utilidade Pública a Sociedade "Escola Roland", da cidade de Rolândia. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento da Senhora Helena Siminhuk, esposa de Vitório Siminhuk, conceituado agricultor do Município de Santa Izabel D'Oeste. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja endereçado ao Sr. Ministro da Educação, apelo no sentido de se federalizar as Universidades de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, e a criação de uma Universidade em Jacarezinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo respeito pelo 91.º aniversário de nascimento do grande estadista brasileiro, Getúlio Dorneles Vargas. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, ficando marcada uma Extraordinária para segunda-feira, dia 22 de abril, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 49-74 e outra Ordinária, para o mesmo dia, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 186-73, 187-73, 195-73, 289-73;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 180-73, 181-73;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 282-73, 287-73, 06-74.
Levanta-se a Sessão.